

**XII Congresso Brasileiro  
de História Econômica**

**13<sup>a</sup> Conferência Internacional  
de História de Empresas**

---

**Niterói,  
28, 29 e 30 de agosto  
de 2017**

**A transição histórica das oligarquias da castanha na região de  
Marabá: redes sociais, hegemonia e transformações no bloco de  
poder das elites locais entre os anos de 1920 e 1980**

**Rogger Mathaus Magalhães Barreiros**

**Danilo Araújo Fernandes**

**Renata Almeida de Andrade**

**A transição histórica das oligarquias da castanha na região de Marabá: redes sociais, hegemonia e transformações no bloco de poder das elites locais entre os anos de 1920 e 1980**

Rogger Mathaus Magalhães Barreiros<sup>1</sup>  
Danilo Araújo Fernandes<sup>2</sup>  
Renata Almeida de Andrade<sup>3</sup>  
Graciele Sbizerio Amaral<sup>4</sup>

**Resumo**

O artigo busca compreender a formação histórica das oligarquias locais no município de Marabá-PA no período entre 1925 e 1980, dando ênfase para o estudo da dinâmica econômica que influenciou a formação de blocos de poder na região. Do ponto de vista metodológico, pretende-se utilizar as técnicas de Análise de Redes Sociais (ARS) para identificar a formação das estruturas de interação entre as oligarquias e os demais atores presentes na região, tendo em vista, principalmente, o processo de transição e controle das terras do chamado Polígono dos Castanhais. Os resultados apontam no sentido da confirmação da hipótese de Emmi (1998), de que tenha ocorrido um processo de perda de hegemonia por parte das oligarquias da castanha quando do advento das políticas federais de desenvolvimento dos anos 1960 e 1970.

**Palavras-chave:** Oligarquias locais; Marabá; Sudeste Paraense; Análise de Redes Sociais; Polígono dos Castanhais

**Abstract**

The article seeks to understand the historical formation of local oligarchies in the municipality of Marabá-PA in the period between 1925 and 1980, with emphasis on the study of the economic dynamics that influenced the formation of power blocks in the region. From the methodological point of view, it is intended to use the techniques of Social Network Analysis (ARS) to identify the formation of interaction structures between the chestnut oligarchies and the other actors present in the region, having, and mainly, the process of Transition and control of the lands of the Castanhais Polygon. The results point to the confirmation of Emmi's (1998) hypothesis that there was a process of loss of hegemony on the part of the chestnut oligarchies when the federal development policies of the 1960s and 1970s began.

**Keywords:** Local oligarchies; Marabá; South East Paraense; Analysis of Social Networks; Castanhais Polygon

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de ciências econômicas da UFPA e bolsista Pibic/CNPq/UFPA.

<sup>2</sup> Professor e pesquisador da Faculdade de Ciências Econômicas e dos Programas de Pós-graduação em Economia (PPGE) e de Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA) da UFPA

<sup>3</sup> Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Economia da UFPA

<sup>4</sup> Graduada em geografia licenciatura/bacharelado pela UFMT-Universidade Federal de Mato Grosso

Na região de Marabá (ou da chamada antiga região do polígono dos castanhais) é possível identificar ainda hoje as marcas históricas da descontinuidade e transformação profundas pelas quais as suas estruturas políticas, economias e sociais passaram ao longo de todo o século XX. De um ponto de vista mais amplo, podemos afirmar que boa parte dessas transformações foi motivada pelas diversas perspectivas de desenvolvimento impulsionadas pelos agentes sociais que estiveram à frente de sua formação histórica desde a sua criação e fundação como Burgo do Itacayunas (em 1895), e, posteriormente, enquanto espaço de localização definitiva do município de Marabá (em 1913) na confluência dos rios Tocantins e Itacayunas. Desdobramentos que vão desde os desequilíbrios e as rupturas nas alianças políticas, até os conflitos e assimetrias nas relações econômicas e sociais entre os grupos políticos locais e o seu entorno institucional. O que, por fim, viria a moldar um espaço territorial singular: a chamada região do polígono dos castanhais.

Antes de 1950, nessa região observou-se predominantemente as atividades dos grupos econômicos e políticos locais ligados ao extrativismo da castanha. Neste contexto, os grupos mais influentes da época eram constituídos por famílias consideradas tradicionais na região, assentadas no poder do capital mercantil e de benefícios políticos na concessão de aforamentos (concessão de terras para a exploração da castanha) através de privilégios na relação com os grupos de poder em nível estadual. O enfraquecimento do poder tradicional destes grupos —algumas décadas depois da construção de sua hegemonia política —foi responsável tanto pela alternância da hegemonia entre grupos locais, quanto pelo enfraquecimento definitivo do poder das oligarquias dentro de um grupo de poder mais amplo que passaria a dominar a arena política e econômica local a partir dos anos de 1980 do século passado.

Nesta ocasião, os grupos locais tradicionais que sobreviveram à crise da castanha nos anos de 1980, passaram a lutar para não perder sua influência política e econômica local. Na sua maioria, a estratégia utilizada foi a procura por alianças com novos atores políticos e/ou empresas e grupos econômicos ascendentes. Em geral, estes novos grupos, oriundos de outras regiões do país, se deslocaram para o Sudeste Paraense, atraídos por políticas de incentivos fiscais, apoio à grandes projetos de desenvolvimento e melhorias reais nas condições de infraestrutura e de acesso aos recursos naturais da região.

Neste contexto, novos desafios se apresentam no sentido de se compreender o processo de evolução histórica da região. Para isso, o estudo aqui proposto busca trazer maiores evidências do processo de formação histórica dos grupos de poder tradicional que dominaram o Médio Tocantins, particularmente a região de Marabá, entre os anos de 1920 e 1980. Mapear os principais blocos e trajetórias sociais em que os mesmos se dividiam, assim como demonstrar quais as principais mudanças que se impuseram durante todo o período de análise em termos de transição de uma economia dominada quase exclusivamente pela economia da castanha (sob o poder de pequeno número de famílias oligárquicas), para um novo arranjo, ainda atual, onde uma diversidade bem maior de atores sociais (novas e velhas elites) passariam a dividir e comandar, em última instância, o processo de transição política e econômica da região em relação ao avanço da pecuária e demais atividades econômicas ascendentes na região.

Para isto, o trabalho utiliza-se, enquanto ferramenta teórica-metodológica, da Análise de Redes Sociais (ARS), procedimento bastante adotado no campo da nova sociologia econômica, e que tem servido também como ferramenta para estudos de problemas ligados à dimensão sociológica dos fenômenos políticos e econômicos em várias áreas de estudos. No nosso caso, a metodologia de redes sociais será utilizada com o intuito de mapear e descrever a complexidade das interações sociais que historicamente serviram como alicerces para o funcionamento e organização institucional das estruturas econômicas e políticas de toda a região do polígono dos castanhais.

Neste sentido, o estudo visa avançar—mesmo que de modo incipiente e localizado neste primeiro momento—sobre o tema da formação das elites regionais, tanto pelo seu ponto de vista teórico como metodológico. Do ponto de vista teórico, visa avaliar a formação das oligarquias de Marabá como um todo sistêmico, mas articulado por meio de dinâmicas territoriais sub-regionais diversas e específicas. Articulação que poderia dar-se (como hipótese) por meio de sua relação de integração, negação ou conflito com a dinâmica de expansão da fronteira de recursos naturais e atividades madeireiras, agropecuárias e mineradoras, as quais têm orientado boa parte das trajetórias de formação do espaço regional de boa parte da região do sudeste paraense.

Do ponto de vista metodológico, o trabalho busca ainda avanços significativos, portanto, ao utilizar as técnicas de formação de redes sociais e interação de agentes

oriundo da sociologia relacional para o trato quantitativo e qualitativo das informações sobre o campo de interação entre as oligarquias e suas redes de conexão territoriais. Como um todo, busca-se fazer o mapeamento dos principais blocos e trajetórias sociais em que se dividem e/ou posicionam essas oligarquias ao longo de um período de mais de 50 anos.

Posto isto, o artigo inicia com a revisão sobre as principais abordagens teóricas e estudos sobre a formação das elites da castanha na região de Marabá. Em seguida, avança para a caracterização histórica das diferentes fases na evolução do processo de hegemonia das oligarquias locais da castanha. Na sequência, apresentamos os aspectos metodológicos da abordagem da análise de redes sociais (ARS) e discorremos sobre os principais resultados alcançados pelo estudo em termos de sua contribuição para uma explicação do processo de crescimento, consolidação e crise de hegemonia do poder político das oligarquias da castanha em Marabá.

### **Principais contribuições e estudos sobre a formação histórica e territorial das oligarquias na região do médio Tocantins**

A região do Médio Tocantins paraense<sup>5</sup> é conhecida desde o período colonial como uma região típica de castanhais. Foi, no entanto, durante o final do século XIX e início do século XX, que viajantes e navegadores europeus como Moura (1896), Condreu (1897) e Buscolani (1901), registraram de maneira mais precisa a forte presença dos castanhais e cauchais nesta região do atual Sudeste Paraense<sup>6</sup>. Alguns anos mais tarde, Barata (1915) em um importante texto chamado *A antiga produção e*

---

<sup>5</sup>O Médio Tocantins paraense era caracterizado pelos geógrafos, até a década de 1960, como uma unidade geoeconômica formada por duas zonas fisiográficas: a do rio Itacaiunas e a do planalto. A primeira era constituída pelos municípios de Jacundá, Itupiranga, Marabá e São João do Araguaia. A segunda pelos municípios de Conceição do Araguaia e Santana do Araguaia. Trata-se de uma área de transição entre a Amazônia e o Brasil Central, sendo até a década de 1970, a mais importante produtora de castanha, alcançando em torno de 80% da produção do Estado do Pará (ALMEIDA, 2015 p.92).

<sup>6</sup>O caucho, na economia da borracha é um dos tipos de árvores que produzem o látex. O caucho faz parte da família das árvores produtoras de látex. No Brasil, há quatro qualidades mais comuns de borracha: a seringa, o caucho, a borracha Ceará e ada mangabeira. Além dessas, há em nosso país muitas outras, mas, ou não existem em qualidade apreciável para a exploração sistemática, ou produzem qualidades muito inferiores. A borracha Ceará aparece principalmente nos estados do Piauí, Ceará e Bahia, as demais, aparecem principalmente na região amazônica apesar de dispersarem-se diferentemente pela região. A caucho, borracha inferior a seringa, é muito abundante no vale do Juruá e nos vales dos rios Purus, Madeira, tapajós, Xingu e Araguaia (IANNI, 1978 p.34).

*exportação do Pará*, trouxe as evidências empíricas que viriam de maneira definitiva comprovar a tendência de expansão da exportação da castanha na região.

Segundo aponta Almeida (2015) o destaque da castanha do Médio Tocantins paraense, fez com que está entrasse para o *roll* dos três produtos mais importantes da região amazônica e do Estado do Pará durante toda a década de 1920, ao lado da borracha e das madeiras nobres. Dados referentes à exportação confirmam a importância da castanha, também entre 1930 e 1939, mostrando mais uma vez o suporte que esse produto havia se tornado para a economia regional (ALMEIDA 2015).

Na opinião de muitos estudiosos, a castanha justificou o surgimento de entrepostos comerciais como Marabá, além de mobilizar uma mão-de-obra “expedicionária” proveniente do norte de Goiás (atual estado do Tocantins) e do Maranhão, que paulatinamente foi se fixando ao longo dos rios. Nesse interim, estudos sobre o potencial do Médio Tocantins paraense para atividade extrativa da castanha, ganham relevância em 1950, quando são publicados dois textos importantes na Revista do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) — ambos considerados como a primeira tentativa de análise socioeconômica da extração da castanha em Marabá (DIAS, 1958, 1959)<sup>7</sup>.

A despeito do dinamismo proporcionado pela economia da castanha, a região passa nos anos de 1960 a ser o palco de uma série de transformações que se manifestam em diversos aspectos ligados a convergência dos processos de expansão do capital e da centralização do Estado. Essas mudanças passam a interromper profundamente a estrutura social, econômica e política do tipo que existia em Marabá até então, o que levou os donos de castanhais e exportadores a um conjunto de pressões, no sentido de aumentar a extração, como tática para a proteção de suas propriedades. Essas e outras questões foram pauta da primeira Conferência Nacional da Castanha-do-Pará, realizada em Belém em 1967 (HOMMA, 2002).

---

<sup>7</sup> Em *Aspectos Geográficos Do Comércio da Castanha no Médio Tocantins (1958)*, um estudo minucioso foi feito para o município de Marabá. Realizou-se o levantamento topográfico do sítio de Marabá junto ao estudo da paisagem urbana, que apontou suas funcionalidades no âmbito regional, como transportes, serviços e comércio. Também foi iniciada a discussão da economia da castanha e o papel do financiamento da produção. Em *Marabá Centro Comercial Da Castanha (1959)*, a autora deu continuidade a discussão sobre as características da economia da castanha, apresentando um panorama da cadeia de produção e comercialização deste produto, além de expor os grandes obstáculos ao desenvolvimento do comércio naquela região.

Nesse contexto, será precisamente na década de 1970, que se observará o desenvolvimento de outra linha de pesquisa, em que se destaca Velho (1971) e Ianni (1978). Ambos a partir de estudos sócio antropológicos sobre frentes de expansão, passam a investigar o processo de transformação da economia predominantemente extrativa, na região de Marabá e Conceição do Araguaia, enfatizando os aspectos migratórios do período 1950-1960, que se intensificam com as políticas de colonização oficial do regime militar no período 1960-1970. É também na década de 1970, que Hebette (1974; 1977) dá início a uma trajetória de pesquisa sobre a região, particularmente voltada ao movimento migratório camponês em 153 municípios cortados pela rodovia Belém-Brasília, além de levantar aspectos institucionais do amplo processo de colonização recente na região.

Diante do quadro de mudanças, no início dos anos de 1980, estudos técnico-científicos começaram a levantar os primeiros dados sobre a questão ambiental, agravada pelo aumento do desmatamento na zona castanheira — resultante da ampliação da área de pastagem, fortemente incentivada pelo Governo Federal a partir de 1966. Com o levantamento de dados de ¼ da área produtora de castanha na região de Marabá, Kitamura e Muller (1984), constataram a queda da produção em mais de 55% no período 1978/1983. A queda decorreu da depredação dos castanhais, que devido a não aplicação da legislação de proteção às castanheiras, levou a necessidade de desmatar para evitar a entrada de invasores nas propriedades.

O conflito, resultado de uma configuração que se implantava abruptamente, sobretudo na década de 1980, passa a ser o objeto de relatórios de pesquisa, monografias e dissertações de uma gama de autores que se dedicam aos estudos dos primeiros impactos provocadas pelos Grandes Projetos e pela política de incentivos fiscais na região. Almeida (1980) produz seu primeiro relatório sobre a região de Marabá, que discute a atuação do Grupo Especial de Terras do Araguaia Tocantins (GETAT), realçando aspectos como a segurança nacional e o revigoramento do poder regional. Hebette (1983), dando continuidade às pesquisas anteriores, identifica os conflitos agrários resultantes da ocupação dos corredores rodoviários estudados durante a década de 1970.

É no contexto da década de 1980, portanto, que os estudos sobre a região de Marabá—que até então esteve concentrado principalmente em aspectos puramente

econômicos ligados à castanha —passam a se aprofundar e a atrair a análise para outros níveis de investigação. Durante várias décadas, esta ficou conhecida como a “terra dos castanhais” devido à ressaída produção de castanha-do-pará. Para Marília Emmi (1987), este foi o local onde residiram grupos de famílias detentoras do poder político e econômico da chamada “oligarquia da castanha”.

A reflexão sobre a categoria “oligarquia”—ao invés da tão famigerada categoria do coronel, tão utilizada na análise sobre o nordeste brasileiro —atribuída pela autora para estudar a dinâmica política e econômica da região, tem estimulado, a partir de então, diversos cientistas sociais a compreender e estudar o problema do poder local na Amazônia, uma vez que esta categoria busca preencher uma lacuna em termos de uma análise mais adequada ao tipo de representação do poder e peculiaridades das relações políticas locais. Que estariam muito mais próximas da configuração e blocos de poder, do que de simples mandonismos.

Emmi (1999) acredita que no momento em que a concepção generalizada de *coronelismo*<sup>8</sup> foi transposta do Nordeste para a Amazônia, as referências principais do que seria uma estrutura de poder passam a ser as manifestações de *mandonismo*<sup>9</sup> observados durante o ciclo da borracha. Entretanto, é neste ponto que reside à falta de fundamentação teórica que tende para uma generalização da estrutura de poder na Amazônia. Marília Emmi dedica-se, neste ponto, a entender o modo pelo qual se formou essa oligarquia e os mecanismos responsáveis pela forma peculiar de mando em relação ao domínio da terra. O que, segundo a autora, haveria se manifestado de maneira bastante diferente em algumas regiões. Esta sugere que na região do polígono dos castanhais, que a velha e contraída oligarquia foi—ao longo das décadas que se seguiram após o início da crise da economia da castanha —revigorada; tornando-se parte, portanto, de um bloco de poder que em determinado momento tem na elite da castanha sua fração dominante e em outro, como se deduz, permanece em situação subordinada, ainda que pertencendo ainda ao bloco de poder vigente.

---

<sup>8</sup>O coronelismo é uma manifestação das oligarquias locais e regionais, uma estrutura intermediária e nacional de poder. É um estilo de poder e liderança determinado pela natureza das tensões sociais surgidas nos países que combinam dependência econômica com formas nacionais, isto é, independentes da organização social (IANNI, 1991 p.67).

<sup>9</sup>O mandonismo é uma expressão do coronelismo e é caracterizado pela presença do chefe, o “mandão” (LEAL, 1949).



É, portanto, tendo em vista o estudo da dinâmica histórica de evolução das estruturas de redes em que se articulam os principais representantes dessas elites oligárquicas, que buscaremos, a seguir, construir uma análise sobre os componentes e elos sociais específicos que nos permitem compreender, de maneira mais precisa, o modo exato da transição da hegemonia dos grupos de poder local ligados a economia da castanha, tendo em vista as transformações que iriam ocorrer no ambiente institucional e na disputas pelo controle de terras na região a partir do advento do regime militar, os quais passariam a impor um processo de mudança estrutural nas relações políticas e econômicas na antiga região dos castanhais.

### **Formação histórica das relações de poder entre as oligarquias locais de Marabá**

Durante mais de 50 anos, o domínio das oligarquias dos castanhais em Marabá foi considerado a ordem natural do poder político local e da forma de organização política e econômica na região. No entanto, a partir dos anos 1960, uma série de acontecimentos históricos iriam marcar de maneira definitiva o rumo da evolução política e econômica da região de maneira definitiva a partir de então. De um poder econômico controlado a partir da relação de um pequeno grupo de famílias detentoras do poder político local, uma nova onda de transformação estrutural ira marcar o ritmo e o rumo das transformações em curso na região.

Pensando a evolução histórica a partir desses dois momentos, buscamos avaliar os processos e fatos ocorridos na região, a partir da classificação de dois períodos de análise: um que estamos chamando de período de monopólio (entre os anos de 1925 e 1854); e o outro, que estamos chamando de período de transição (entre os anos de 1955 e 1976) (ver FIGURA 1).

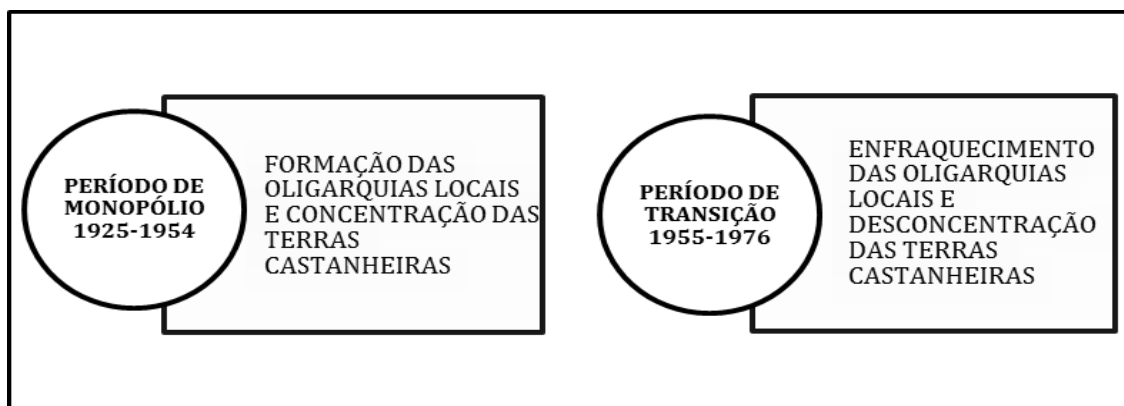
**Figura 1 - Classificação dos períodos de evolução histórica sob considerações de hegemonia ligada à oligarquia da castanha na região do polígono dos castanhais**

**XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**  
**A transição histórica das oligarquias da castanha na região de Marabá: redes sociais, hegemonia e transformações no bloco de poder das elites locais entre os anos de 1920 e 1980**

Fonte: Elaborado pelos autores.

A construção, bem como a determinação de início e fim dos períodos em análise, só foi possível mediante a Listagem de Legalização e Apropriação das Terras Castanheiras do Médio Tocantins extraído de Barros (1992) e a literatura existente. O período de monopólio dos castanhais é fortemente caracterizado por uma combinação de fatores que vão desde o controle da extração, comercialização e exportação da castanha até a influência política - instrumento tido como imprescindível para exercer a apropriação e controle da terra. No âmago do jogo pelo poder econômico e político, a apropriação de terras tornar-se decisiva para a consolidação de um controle local em moldes oligárquicos (EMMI, 1999). A formação de grupos de famílias acrescidas de poder deu-se a partir de 1925, década em que se intensificaram a formação de latifúndios em várias regiões do Pará.

O período de transição é caracterizado, por sua vez, pela extensão do processo de concentração das terras em torno das oligarquias formadas no período de monopólio, (sobretudo entre 1955 e 1966), período da política de Legalização das Terras Castanheiras feita pelo Estado. Mas que também será um período fortemente marcado pelo enfraquecimento do monopólio, tendo em vista a Políticas de Regularização



Fundiária encabeçada pelo INCRA a partir dos anos de 1970.

Com o objetivo de melhor esclarecer e definir com maior precisão os motivos e os critérios para essa classificação faremos, em seguida, um passo a passo na construção do processo histórico de evolução dos diferentes momentos onde o poder das oligarquias locais pode ser compreendido à luz de seu processo de disputa pela hegemonia do poder político local. Num primeiro momento, trataremos do período

inicial de consolidação da hegemonia e do monopólio das oligarquias da castanha; posteriormente, trataremos da fase de transição e perda de hegemonia dessas elites.

### **A construção da estrutura de monopólio da castanha em Marabá (1920-1950)**

Desmembrado do município de São João do Araguaia, Marabá surge como município independente em 1913, um ano após a grande e derradeira crise da borracha na região (EMMI, 1999; SANTOS, 1980). Com localização privilegiada na confluência do rio Tocantins com o rio Itacaiúnas, o pequeno povoado recém-emancipado passa a assumir uma posição de destaque como elo entre os vários produtos extrativos da região e o porto de Belém. Aos poucos a economia de Marabá vai se modificando no sentido da transferência de toda a estrutura do aviamento, que havia servido para a economia da borracha nas últimas décadas, e que agora passaria a ser o sustentáculo para a nova e pujante economia extrativista da castanha.

Neste momento, a região de Marabá, depois de sofrer inicialmente com a crise da borracha nos anos 1910, parece rapidamente se recompor, e já no início dos anos 1920 começa a aproveitar outras possibilidades de exploração de produtos que se apresentam com grande potencial de exportação no mercado internacional. Com uma elite mercantil com fortes laços sociais e históricos ancorados no tradicional sistema de aviamento, a economia da região do Tocantins e da cidade de Marabá, em específico, acaba por se reinventar em pouco tempo, aproveitando as facilidades e o ambiente institucional já propício para o desenvolvimento de atividades extrativas de maior porte. Sendo assim, durante a década de 1920, Marabá se torna o principal produtor de castanha no Estado do Pará, superando os municípios de Alenquer e Óbidos, que até então eram os maiores produtores do Estado<sup>10</sup> (EMMI, 1999).

Neste primeiro momento, de transição entre economia da borracha para a da castanha, ganha projeção e influência a atuação política de figuras como Deodoro de Mendonça<sup>11</sup>, que durante toda a década de 1920, passa a comandar quase que

---

<sup>10</sup>Mais especificamente, no ano de 1927, Marabá assume a dianteira na produção de castanha no Estado do Pará (EMMI, 1999).

<sup>11</sup>O perfil das elites que se instalaram em Marabá, é baseado inicialmente nas ações dos coronéis da borracha (Coronel Carlos Gomes Leitão), mas que logo em seguida se transfere para o comerciante e

exclusivamente o processo de concessão de castanhais. Ao mesmo tempo em que mantinha uma parceria com João Anastácio de Queiroz, Intendente de Marabá e sócio de Deodoro na firma Dias & Cia, especializada no transporte e comercialização da castanha<sup>12</sup>.

De acordo com Emmi (1999) é nesse momento que se institui teoricamente a chamada “Oligarquia do Tocantins”, ou seja, uma forma de poder que se assenta no controle e monopólio político e econômico de um pequeno grupo familiar sob grandes propriedades rurais, sobretudo áreas de castanhais. A esse pequeno grupo, Emmi (1999) deu o nome de oligarquia latifundiária mercantil, tendo em vista que seu poder de monopólio se encontrava não necessariamente sobre a posse da terra, mas sim sob o controle efetivo do direito de uso dos castanhais e no processo de transporte e comercialização da castanha (EMMI, 1999, p.51).

Cabe salientar que esse poderio da oligarquia da castanha de Marabá não se faria possível sem o apoio político do Governo do Estado do Pará que, conforme é tratado na literatura, seria ainda neste período o principal responsável pela concessão do direito de uso da terra —tendo em vista a Constituição Republicana de 1891, que transferiu as terras devolutas do patrimônio da União para o patrimônio dos Estados. Assim, caberia ao poder estadual a concessão ou transferência definitiva da posse ou direito de uso das áreas dos castanhais, os quais, até o ano de 1924, ainda eram considerados como bens livres, ou de uso comum<sup>13</sup>.

Ao contrário dos grupos de poder constituídos durante o auge da extração do caucho, os novos grupos ligados à extração de castanha buscarão direitos legais sobre vastas áreas onde as castanheiras cresciam. Além da compra efetiva de castanhais, foram criados instrumentos políticos que permitiam legalizar a apropriação das terras castanheiras; a começar com a prática do arrendamento<sup>14</sup>, que tem início em 1925 e se

---

político Deodoro de Mendonça, cuja essência do poder político, econômico e social é o controle do acesso à terra, associada ao monopólio do transporte e comércio de exportação da castanha.

<sup>12</sup> De acordo com Emmi (1999), nos anos 1920 havia pelo menos três grupos muito fortes no comércio da castanha em Marabá: os Chamon, A. Borges & Cia, e a Dias & Cia. Este último, espécie de sócio-parceiro do Secretário de Estado nas gestões de Souza Castro (1921-1925), Dionísio Bentes (1921-1925): Deodoro de Mendonça. No final da década, a Dias & Cia (comandada pelo comerciante e Coronel João Anastácio de Queiroz) compra o comércio e o depósito locais dos Chamon, dando início a uma forte hegemonia no comércio da Castanha na região de Marabá sob o total comando de Deodoro de Mendonça.

<sup>13</sup> Sobre a diferença entre a ideia de bens livres e comuns, ver Ostrom (1992).

<sup>14</sup> Os castanhais eram arrendados aos interessados na extração de castanha pelo Governo do Estado do Pará. Essa prática foi cancelada no governo de Magalhães Barata. Pelo decreto nº377 de 25 de junho de 1931, foi extinto a prática de arrendamento que vigorava no Estado, porém em 1933, foram criados os

prolonga por mais de três décadas. Barros (1992) ressalta que os castanhais, passaram neste momento a serem arrendados pelo Governo do Estado do Pará, o que dá início a cessão de castanhais com finalidade política. As áreas de uso comum, as quais foram aforadas pela prefeitura de Marabá, eram subdivididas pela própria prefeitura em lotes menores que, logo em seguida, eram arrendados a pequenos produtores.

Será a partir do ano de 1925, portanto, que o poder da oligarquia comandada por Deodoro de Mendonça se consolida, na medida em que o governo liderado pelos “lauristas” Souza Castro e Dionísio Bentes (seus aliados políticos) passam a distribuir o direito de concessão e arrendamento dos castanhais, limitando de maneira definitiva com a prática dos castanhais livres<sup>15</sup>. E, claro que, o principal beneficiário desse novo sistema será exatamente Deodoro de Mendonça, seus familiares e sócios como João Anastácio de Queiroz, da firma Dias & Cia.

Durante o período que estamos aqui considerando como de hegemonia da família de Deodoro de Mendonça (de meados da década de 1920 até o final dos anos 1940), outros grupos também são atraídos lentamente para o comércio da castanha, passando a se instalar na região como intermediários das principais firmas aviadoras de Marabá. Entre eles, estariam as famílias Mutran, Pinheiro e Almeida (EMMI, 1999, p. 76). Segundo Emmi (1999), será a partir da segunda metade dos anos 1930, já com a presença desses novos atores, que se generaliza de maneira mais sólida, no Governo de Gama Malcher, a prática do arrendamento dos castanhais: “poderosa arma política dos grupos no poder” (EMMI, 1999, p. 87).

Movimento esse, no entanto, que irá coincidir, não por um acaso, com o início da decadência de Deodoro de Mendonça (no final dos anos 1930 e início dos anos de 1940) e a emergência dessas novas famílias que haviam se instalado em Marabá algumas décadas antes. Neste contexto, firmas concorrentes como a Borges & Cia, passam a ter um papel destacado, expandindo seus negócios e atraindo consigo toda a sua rede de aviados, que passam, com o tempo, a controlar o comércio da castanha na região.

---

decretos 1.074 de 07 de junho de 1933 que tratava de regulamentar o serviço de Legalização dos Castanhais e o 1.049 de 19 de agosto de 1933 que consolidava toda a legislação anterior fazendo vigorar o regulamento de terras do Estado, com vigência até 1966, sendo este revogado pela Lei nº 3541, com Jarbas Passarinho no Governo (BARROS 1992, p. 45).

<sup>15</sup>Segundo Carlos Rocque (1981), a década de 1920 caracterizou-se como a fase dos “lauristas”, só sendo destituídos quando do golpe de 1930, que colocou no poder uma nova liderança que iria marcar época na região: O Tenente Coronel Magalhães Barata.

O início da crise da hegemonia de Deodoro de Mendonça, no entanto, tem seu ponto de partida com a Revolução de 1930 e a ascensão de Magalhães Barata ao Governo do Estado do Pará. Neste momento, visando o que Barata chamaria de moralização do processo de concessão de arrendamentos para as elites de Marabá, em detrimento aos interesses do Estado (PETIT, 2003), foram desfeitos vários dos arrendamentos concedidos anteriormente à Deodoro de Mendonça, e que favoreciam sua estrutura de comando sobre a economia da castanha em Marabá. No entanto, mesmo com a perda do poder político em 1930, o grupo de Deodoro de Mendonça continua comandando de maneira não exclusiva, no entanto, os negócios da castanha em Marabá<sup>16</sup>. Até porque, seu afastamento do poder político só duraria até o ano de 1934, quando novamente Deodoro volta a ser Secretário de Estado na gestão no governo de Gama Malcher (1934-1937)<sup>17</sup>.

A queda gradual da hegemonia de Deodoro de Mendonça não representou neste processo de transição, portanto, a crise das oligarquias da castanha como um todo. O que ocorreu é que novos grupos passaram a assumir o controle do comércio da castanha em detrimento do enfraquecimento do antigo oligarca. Como fim da Segunda Guerra Mundial, novos grupos de mercadores sírios, como a família Mutran, se transformam em grandes arrendatários de terras, tornando-se atores privilegiados e donatários de importante influência política local, desbancando a hegemonia de Deodoro de Mendonça.

Durante uma década, portanto, (entre o final dos anos 1930 e o final dos anos 1940), existe um processo lento de transição entre a hegemonia de uma família para a outra; sem, no entanto, que se abalasse a forma de comando e poder tradicional das oligarquias da castanha na região. Neste contexto, e de maneira um pouco mais específica, boa parte dos motivos para a decadência de Deodoro de Mendonça são explicados pela literatura que trata desta questão, como sendo o resultado: por um lado, da crise momentânea da economia da castanha no período da Segunda Guerra Mundial (1939-1944); e, por outro, pelo efeito das desavenças pessoais e políticas de Deodoro de

---

<sup>16</sup>Segundo Emmi (1999), “Deodoro perde o exclusivismo comercial, pois tinha surgido em Marabá outros concorrentes, sendo um deles liderados pela firma A. Borges & Cia. (formada por Antônio Borges, Antônio Martins e Américo Mendes), que passa a atuar como intermediária na concessão de castanhas entre correligionários do Partido Liberal” (EMMI, 1999, p. 87), partido do interventor Magalhães Barata.

<sup>17</sup> Gama Malcher a assumir o poder, revoga as principais leis que prejudicava os interesses de Deodoro de Mendonça e seus partidários (EMMI, 1999).

Mendonça e João Anastácio de Queiroz (proprietário da firma Dias & Cia, principal braço comercial de Deodoro de Mendonça durante todo o período de sua hegemonia), o que iria enfraquecer e desarticular a atuação do velho oligarca na região.

O fato é que, na medida em que se inicia a década de 1950, fica evidente que uma nova família passa a assumir o comando hegemônico da economia da castanha em Marabá. Sob a liderança de Nagib Mutran, esta família de sírios, que vinham do Maranhão, se instalando de maneira definitiva na região de Marabá ao longo da década de 1920, tem finalmente nos anos de 1950 consolidada a sua posição de hegemonia nos negócios da castanha na região. Em seu início, os negócios da família estavam relacionados ao serviço de aviamento da firma Borges & Cia. Só posteriormente (no início dos anos 1950), que os Mutran finalmente se transformam na principal família oligarca da castanha em Marabá. Depois de quase duas décadas do início da decadência de Deodoro de Mendonça, os Mutran se consolidam, assim, como “grandes compradores de castanha, donos de barcos que transportam o produto e depois como exportadores” (EMMI, 1999, p. 91).

Mas a ascensão dos Mutran não ocorreu sem que houvesse qualquer tipo de apadrinhamento político: como que por um acaso, ou pelo trabalho e empenho de seus líderes. Durante os anos 1930, Nagib teve o apoio político de Gama Malcher em várias pendengas e disputas por controle de castanhais, o que havia permitido que seus negócios evoluíssem de maneira promissora, já naquela época. Mas foi realmente com a crise da Dias & Cia, no final dos anos 1940 que, definitivamente, os Mutran se consolidam como grupo hegemônico no comércio da castanha na região de Marabá. Daí em diante, até os anos 1960, os Mutran se tornam a grande família que controla o processo de comercialização da castanha e, com ela, logo, a hegemonia política de Marabá e região. Do ponto de vista do perfil de liderança, no entanto, Nagib Mutran apresenta traços diferentes do estilo de liderança de Deodoro de Mendonça (EMMI, 1999, p. 94). Pouco carisma e um estilo mais agressivo no trato político, eram as marcas do novo líder dos Mutran. Características que iriam prejudicar e postergar a sua ascensão política como prefeito de Marabá. Algo que só viria finalmente a ocorrer no ano de 1958.

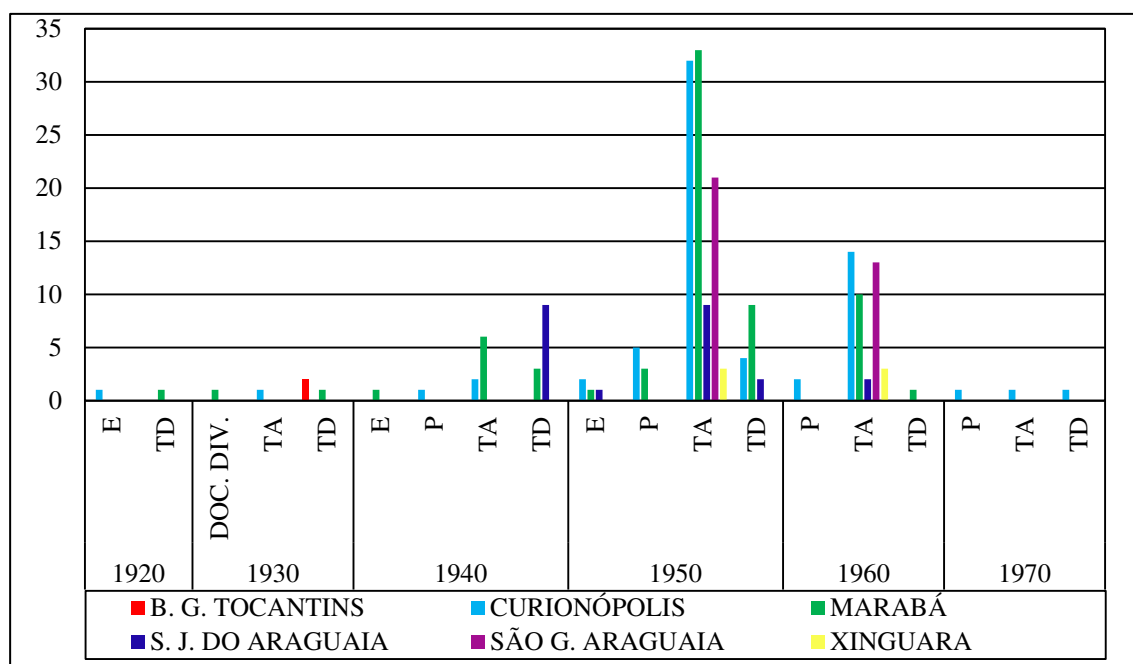
Independente do cargo de prefeito, no entanto, a hegemonia política dos Mutran já se fazia presente desde o início dos anos 1950 quando, sob o governo de Zacarias de

Assunção (1950-1954), Nagib passa a ser o maior beneficiado da concessão do recurso jurídico, por parte do Governo do Estado, do chamado aforamento perpétuo: “modalidade de apropriação de castanhais que havia sido extinta em 1930 (embora continuasse o privilégio de alguns no governo Malcher), voltando a ser a forma mais comum a partir de 1954 (Lei n. 913 de 4.12.1954)<sup>18</sup>” (EMMI, 1999, p. 96).

**GRÁFICO 1 - Número e tipo de documentos expedidos pelo Governo do Estado (1920 – 1970)**

Fonte: ITERPA (1987); INCRA (1989). Adaptado de Barros (1992). Nota I: (DOC. DIV.) Documento diverso; (E) Escritura Pública; (P) Posse; (TA) Título de aforamento expedido pelo Estado do Pará; (TD) Título definitivo expedido pelo Estado do Pará. Nota II: Utiliza-se a localização atual cadastrada na Listagem. Foram retirados 12 elementos por não apresentarem ano de expedição de documentação.

Entre outros títulos emitidos na década de 1950 (Ver Gráfico 1), a modalidade



do aforamento perpétuo consolidou os Mutran como grandes proprietários de castanhais. Estes que, apesar das fortes dificuldades que já se iniciam nos anos de 1950, continuariam no comando político da região até finais dos anos 1960.

Dai em diante, no entanto, vários acontecimentos viriam a ameaçar a hegemonia dos Mutran. Entre estes acontecimentos, podemos destacar a construção da Belém-

<sup>18</sup> O aforamento é um título que garante ao seu detentor o domínio útil perpétuo sobre o imóvel objeto do contrato, cabendo ao proprietário do imóvel, no caso o Estado do Pará, o recebimento de uma pensão anual invariável, a não ser a correção monetária, em troca da cessão do domínio útil aforado. O aforamento surgiu a partir de 1954 com a lei nº 913 de 2 de dezembro de 1954. (BARROS 1992, p. 45)



Brasília e a nova política de terras do governo militar que, a partir da criação do Incra, começa a implementar uma forte política fundiária lastreada no processo de transferência de terras públicas estaduais para a união.

### **Da quebra do monopólio ao conflito pela terra: contração das oligarquias locais (1960-1980)**

Como visto anteriormente, na região sob a influência direta de Marabá antes da implantação dos eixos rodoviários da PA-150 e BR-230 nos anos 1960 (num período que vai de 1925 até 1954), consolidou-se na região um modelo de organização social inteiramente voltada para a atividade extrativa da castanha, cuja incidência maior de castanheiras se fazia nos arredores de Marabá, região que abrangia parte da bacia do Itacaiunas (DIAS, 1958). Nessas áreas, por quatro décadas, portanto, a castanha gerou um poder de monopólio econômico e político que moldou o perfil das elites regionais do sudeste do Pará até o final dos anos 1960.

Um poder que havia gerado, sob condições históricas específicas, uma forma de comando do território que articulava os interesses econômicos dos comerciantes da castanha com o poder político que advinha do centro do poder político estadual em Belém. Nesta fase do processo de acumulação mercantil na região, são os grupos de poder — formados na sua maioria por políticos/comerciantes controladores de grandes áreas de castanhais — que detém a posse da terra e o controle da rede de comercialização local de todo o Médio Tocantins.

Todavia, nessa altura, grupos econômicos, empresários, madeireiros, principalmente aqueles ligados a interesses dos setores agropecuários e de ramos específicos do setor urbano-industrial da madeira e da mineração (ambos em ascensão), já se deslocavam para a região do sudeste paraense. Outros agentes eram aqueles atraídos pelo movimento de especulação com o mercado de terras que se formava<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> Foi na ditadura de Vargas, com a marcha para o oeste que se efetivou a primeira tentativa de intervenção na região do sudeste paraense através de uma instituição Federal denominada de Fundação Brasil Central (FCB), criado pelo decreto lei de nº 5.878 no dia 4 de outubro de 1943. Ver Fernandes (1993).

Ao abrir a fronteira, apoiar a inserção de novas atividades produtivas e eleger Marabá como uma das áreas estratégicas para efetivação do projeto de integração e desenvolvimento regional, o Governo Federal confrontou diretamente a base de sustentação do poder da oligarquia tradicional: a propriedade da terra (EMMI, 1990). Segundo aponta Barros (1992) os abalos sofridos no sistema de vida da zona castanheira são inteiramente resultantes, da implantação do Plano de Integração Nacional - PIN, implantado pelo governo federal a partir do início dos anos de 1970, que muito embora sua função não seja exatamente essa, a de quebrar hegemonias, traz em si essa força, manifestada principalmente nas novas formas de utilização da terra para a criação de assentamentos e, posteriormente, expansão da políticas de incentivos fiscais para grandes empreendimentos agropecuários.

Ao contrário, o período anterior, como visto, foi caracterizado por uma combinação de fatores que vão desde o controle da extração, comercialização e exportação da castanha até a influência política local e estadual —instrumento tido como imprescindível para exercer a apropriação e controle da terra por meio da concessão de aforamentos. Foi particularmente com a chegada do ramal que deu acesso a Marabá até a Belém-Brasília em 1969, a PA-70 (hoje BR-222) que houve uma intensificação dos fluxos tanto de pessoas quanto de mercadorias para a região. Ato que iria marcar de maneira profunda a nova dinâmica territorial na região (MONTARROYOS, 2003).

Ao apoiar a inserção de novas atividades produtivas e ao eleger Marabá como uma das áreas estratégicas, o governo federal mudaria para sempre o futuro do município. Neste novo contexto a cidade passou a ser uma das entradas para a Amazônia no contexto do Programa de Integração Nacional (PIN). A terra deixa de ter o significado que tinha anteriormente, como expressão do controle do poder local de uma oligarquia extrativista e, assume cada vez mais um sentido mais mercantil em um contexto de expansão das atividades do setor agropecuário e da mineração e siderurgia. O castanhal em si, deixará de ter importância como fator produtivo e a terra, onde estão às castanheiras, passa a ser o elemento motivador da apropriação (BARROS, 1992).

Tem-se o início de um período de transição, caracterizado pela duração do processo de centralização de terra em torno das oligarquias, sobretudo entre 1955-1966, período da política de concessão dos aforamentos perpétuos. Mas, mesmo com a

consolidação de alguns grupos, dada à referida política, verifica-se que a estrutura de poder local apoiada no comércio e na exportação de castanha vai ser fortemente afetada. Isto culminará em um processo de contração de algumas das oligarquias formadas durante toda a primeira metade do século XX. Esse processo dar-se-á principalmente a partir de 1960-1970, com as políticas de colonização, regularização e legalização fundiárias encabeçadas pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), entre outros aspectos que vão atingir diretamente o poder das oligarquias locais.

### **Metodologia de Análise de Redes Sociais (ARS)**

A análise metodológica de rede social (ARS) explora conexões estruturais entre agentes, buscando identificar padrões e posições dos mesmos em suas redes. Para os teóricos de redes sociais, a matéria principal da vida social são as redes concretas de relações sociais, que ao mesmo tempo incorporam e transcendem organizações e instituições convencionais (MIZURCHI, 1994). Trata-se aqui, de considerar as redes sociais não apenas como metáforas da estruturação das entidades na sociedade, mas também como método para a descrição e análise dos padrões de relações nela presentes (MARQUES, 2000).

Atualmente, esta faz parte do arsenal teórico-metodológico da Nova Sociologia Econômica (NSE)<sup>20</sup>, que possui como marco difusor o texto do norte americano Mark Granovetter (1985). Todavia, a ARS tem suas raízes em diversas perspectivas teóricas, pois alguns encontram suas origens no trabalho de Moreno (1934) — psiquiatra que desenvolveu uma abordagem conhecida como *sociometria* — enquanto outros encontram no trabalho dos antropólogos britânico Barnes (1954), Bott (1957) e Mitchell (1969). A ARS, também é vista como um subtipo do arcabouço geral da sociologia

---

<sup>20</sup> O termo Nova Sociologia Econômica, foi cunhado por Mark Granovetter numa conferência pronunciada na Associação norte-Americana de sociologia em Washington, D. C., em 1985. A mensagem básica era a de que a moderna sociologia econômica, contrastada com a Velha Sociologia Econômica dos anos de 1960, deveria focalizar as instituições econômicas chaves (GRANOVETTER, 1985).

estrutural<sup>21</sup>, que se baseia em uma noção clara dos efeitos das relações sobre o comportamento individual e grupal (MIRZURCHI, 1994).

A despeito do desenvolvimento da ARS, ressalta-se que os conceitos básicos da análise de redes (AR) provem da Teoria de Grafos desenvolvida pelo matemático Leonard Euler no século XVIII<sup>22</sup>. Em seu sentido básico e conceitual, um grafo é apenas uma representação matemática de uma rede, isto é, um conjunto de pontos e um conjunto de linhas que conectam pares de pontos (NEWMAN, 2003). Dada a inerente abstração associada a esta definição de rede, fez-se necessário atribuir a esses pontos e linhas informações adicionais. Os pontos e linhas dos grafos recebem diferentes denominações dependendo da área de conhecimento que utiliza o conceito de rede (Ver Quadro 1).

**Quadro 1 - Denominações dos conceitos de pontos e linhas de acordo com a área do conhecimento**

<b>PONTOS</b>	<b>LINHAS</b>	<b>ÁREA DE CONHECIMENTO</b>
Vértice	Aresta	Matemática
Nós	Links	Ciência da Computação
Atores	Lações	Sociologia

Fonte: Newman (2003). Adaptado pelos autores.

Optou-se pela abordagem oriunda da sociologia relacional, onde as pessoas ou grupos de pessoas (atores) estão dispostos em rede e por meio de uma ou mais relações (laços) que representam alguma forma de interação social entre eles (NEWMAN, 2003). Neste trabalho, os indivíduos (membros ou não da oligarquia) e os castanhais são os atores, o fluxo existente entre estes representa a mudança de proprietário de determinada terra castanheira. Diante disso, diversas características podem ser atribuídas aos integrantes da rede. Uma delas tem a ver com as linhas que representam a relação entre os atores, estas podem ser direcionadas e não-direcionadas<sup>23</sup>. Neste

<sup>21</sup> A sociologia estrutural é uma abordagem segundo a qual estruturas sociais, restrições e oportunidades são vistas como afetando mais o comportamento humano do que as normas culturais ou outras condições subjetivas. As raízes clássicas da sociologia estrutural são encontradas em Durkheim, Marx e (especialmente) Simmel (MIZURCHI, 1994).

<sup>22</sup> Ver NEWMAN (2003).

<sup>23</sup> Vale acrescentar que as linhas não-direcionadas são usadas para sistemas simétricos, onde a relação entre os agentes é recíproca. Também é comum ser utilizado redes com ligações ponderadas, que indicam, por exemplo, a existência de uma relação mais forte entre dois agentes. Ver NEWMAN, Mark EJ. *The structure and function of complex networks*. SIAM review, v. 45, n. 2, cap.6, 2003

contexto, utilizam-se apenas sistemas com linhas direcionadas, uma vez que o sentido da relação implica na mudança de proprietário de determinada terra castanheira.

Os métodos analíticos próprios da metodologia dividem-se em: procedimentos descritivos (que permitem retratar o comportamento de um grupo a partir dos seus padrões de relacionamentos) e procedimentos estatísticos (que possibilitam efetuar os testes que explicam a estrutura das relações). No que tange aos procedimentos descritivos —que serão utilizados de maneira mais clara neste estudo —busca-se analisar o objeto de estudo das oligarquias locais a partir do entendimento dos efeitos da centralidade e poder, abordagem que tem recebido atenção entre os analistas de rede devido a sua relevância teórica (MIZURCHI, 1994)<sup>24</sup>. Dada a escolha da abordagem, e diante da ampla variedade de medidas matemáticas associadas à ARS, foi selecionado do grupo de métricas de centralidade, as medidas que mais atendem ao estudo das oligarquias, a começar pelo grau  $k$ . O grau  $k$ , de um agente é igual ao número de ligações que ele faz com outros agentes dentro da rede.

Em redes direcionadas, os agentes recebem dois valores para o grau  $k$ : o grau de entrada (*in-degree*),  $k_i$ , indicando o número de relações que chega por determinado agente, e o grau de saída (*out-degree*),  $k_o$ , que indica o número de relações que sai de determinado agente (NEWMAN, 2003). Assim, o grau total em determinada rede é dada por  $k=k_i+k_o$ . Com isso, um agente com alto grau total é compreendido como possuidor de grande importância e influência sobre a estrutura da rede.

Com a apresentação do conceito de grau, pode-se então prosseguir para a conceituação do que vem a ser uma matriz de adjacência. A matriz de adjacência ou vizinhança é a representação tabular da rede. Nesta, quando um agente se liga a outro, a célula da matriz que representa a intersecção entre os dois vértices recebe um determinado valor; e quando não há ligação, esta recebe o valor zero (PINHO, 2012). As linhas da matriz representam os agentes que remetem e as colunas os agentes que recebem os valores.

Serão apropriados para fins deste estudo os elementos dispostos na listagem de Legalização e Apropriação das Terras Castanheiras do Médio Tocantins (1925-1976), retirada de Barros (1992). Utilizaram-se neste trabalho, as seguintes informações: tipo

---

<sup>24</sup> Esta abordagem preocupa-se em identificar a relação entre a centralidade e o poder de influência de um determinado ator. Para entender mais sobre os avanços nesta área da análise de redes (AR), ver MIZURCHI, M. S.; STEARNS, LL. B.. *Centrality and power revisited: actors success in group decisionmaking*. Social Network, v. 20, p n1 p. 118-140, 1994.

de documento (se é título definitivo, título de aforamento, posse ou escritura pública) e proprietário (se é atual ou anterior). Com a escolha e posterior sistematização dos elementos escolhidos do banco de dados, definiu-se a variável relacional “propriedade”, com a finalidade de verificar a configuração da estrutura fundiária que em um primeiro momento, de acordo com a literatura, era de total controle da tradicional oligarquia, mas que, com o tempo, com a contração do poder desta, passaria a ser propriedade de novos atores. Por fim, utilizou-se LibreOfficeCalc para a produção da matriz adjacência que em seguida foi transportada para o software open source, Gephi<sup>25</sup>, para a produção das redes e posterior análise.

### **Resultados empíricos**

Com o intuito de analisar e visualizar de maneira mais clara o comportamento dos atores envolvidos neste processo, procedeu-se no sentido de criar uma rede social que relaciona as terras castanheiras a seus respectivos donos, com o objetivo de saber, quais eram os maiores e mais poderosos proprietários da fase de monopólio assim como suas trajetórias no período de transição. A rede obtida apresenta *a dinâmica territorial na zona castanheira durante o período 1925 a 1976*, e apresenta-se um componente empírico que vem a contribuir para o debate sobre o processo de controle de terra na região em suas diferentes fases<sup>26</sup>.

As famílias tradicionais, demais atores e as terras castanheiras, isto é o conjunto de atores, relacionam-se a partir do laço, propriedade. A essa relação foram atribuídos os dois períodos (monopólio e transição). Foi utilizado o cálculo do grau  $k$ , que se divide em grau de entrada e saída. Neste trabalho, o grau de saída (cor vermelha) diz respeito à configuração territorial durante o período de monopólio, enquanto o grau de entrada (cor azul) refere-se ao período de transição. Ambos buscam avaliar a

---

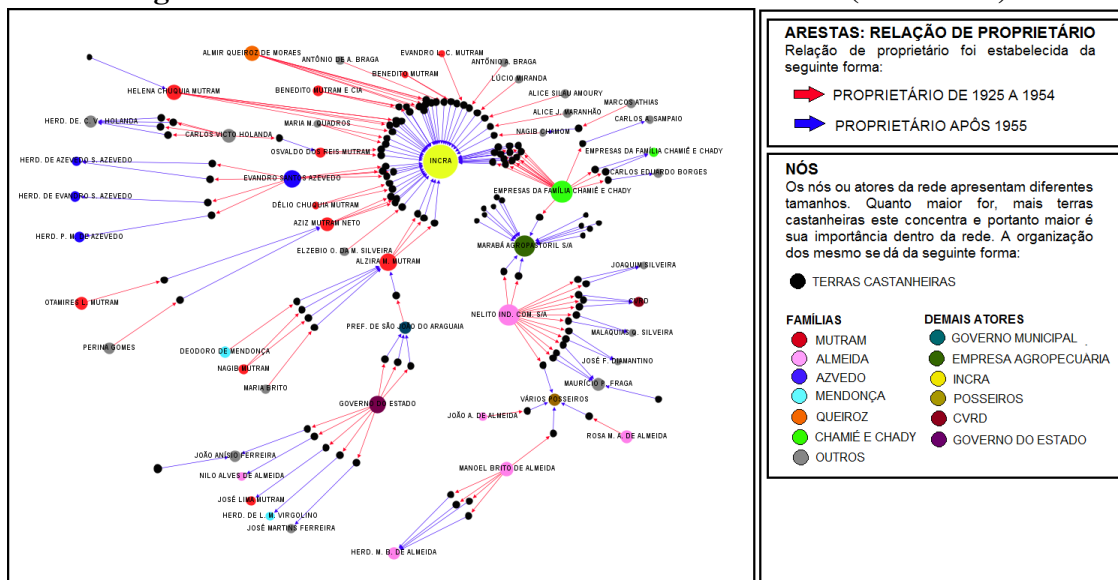
<sup>25</sup>Bastian M., Heymann S., Jacomy M. (2009). **Gephi: an open source software for exploring and manipulating networks**. International AAAI Conference on Weblogs and Social Media.

<sup>26</sup>Por apresentar muitos componentes (grupos), dificultava no que confere tanto na aplicação do cálculo como para a leitura e descrição. Nesse sentido, foi aplicado um filtro conhecido como “componente gigante”, que cuidou de selecionar o maior componente da rede, ou seja, aquele no qual os atores são mais conectados, retirando da visualização os atores periféricos, com poucas conexões (baixa densidade). O procedimento não invalidou a amostra uma vez que, garantiu a visualização acima da média tanto para os nós/atores (51,51%), quanto para as arestas/laços (62,54%). Tanto os 48,49% (nós) quanto os 37,46% (arestas) restantes, não foram utilizados na análise.

**XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**  
**A transição histórica das oligarquias da castanha na região de Marabá: redes sociais, hegemonia e transformações no bloco de poder das elites locais entre os anos de 1920 e 1980**

concentração de terras dos atores envolvidos e buscam demonstrar quais atores comportavam-se como os mais centrais e, portanto, mais poderosos da rede.

**Figura 2 - Dinâmica territorial na Zona Castanheira (1925-1976).**



Fonte: Elaborado pelos autores com dados de Barros (1992)

Dos principais membros dessa oligarquia, Barros (1992), Emmi (1999) e Palheta (1999), chamam a atenção para os Mutran, Azevedo, Almeida, Queiroz e Pinheiro, como os maiores proprietários de castanhais. O que pode ser claramente confirmado pelo nosso banco de dados. Posto isto, quando observado os proprietários de terras castanheiras no período de 1925 a 1954, observa-se o destaque de alguns outros atores. A Companhia Industrial do Brasil (CIB), a Nelito Indústria e Comércio S/A, o Governo do Estado do Pará, o proprietário Almir de Queiroz de Moraes, por exemplo, são alguns dos atores com o maior grau de saída, isto é, apresentam o maior número de propriedades para o período analisado (Ver Tabela 1).

Apesar do resultado, se observado os atores a partir dos troncos familiares, os Mutran, de longe eram os maiores proprietários de terra, com um total de 22 propriedades, 19 divididas entre membros da família e 3, no nome da firma de beneficiamento de castanha, Bedito Mutran & Cia. Os Almeida, são proprietários de 20 castanhais, sendo que 15 estão no nome da Nelito Indústria e Comércio S/A. A CIB, empresa das famílias Chamié e Chady, originais de Belém, que apesar de apresentarem também um elevado grau de centralização, permanece atrás dos Mutran e os Almeida, com 17 propriedades.

**XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**  
**A transição histórica das oligarquias da castanha na região de Marabá: redes sociais, hegemonia e transformações no bloco de poder das elites locais entre os anos de 1920 e 1980**

Em termos de hectares, em pouco mais de 30 anos o tamanho da área pertencente aos três grupos de famílias ressaltados acima perfazia a ordem de 240.130ha, dividido da seguinte maneira, família Mutran (com 107.186ha), famílias Chamié e Chady, (com 77.112ha), e família Almeida, (com 55.832ha). Portanto são as famílias tradicionais que detém o monopólio da terra neste primeiro período.

**Tabela 1 - Maiores proprietários de terras castanheiras**

Proprietário de 1925 a 1954		Proprietário após 1955	
Nome	Grau de saída (número absoluto de propriedades)	Nome	Grau de entrada (número absoluto de propriedades)
CIB	17	INCRA	52
Nelito Ind. Com. S/A	15	Marabá Agropastoril S/A	14
Governo do Estado	8	Alzira M. Mutran	5
Evandro Santos Azevedo	8	Posseiros	4
Almir Queiroz De Moraes	6	Maurício P. Fraga	4
Manoel Brito De Almeida	5	Herd. M. B. De Almeida	4
Helena Chuquia Mutran	5	Herd. De. Carlos Victor Holanda	4
Carlos Victor Holanda	5	Pref. de São João Do Araguaia	3
Alzira M. Mutran	3	CVRD	3
Aziz Mutran Neto	3	Pastoriza	2
Benedito Mutran & Cia	3	Malaquias Q. Silveira	2
Oswaldo Dos Reis Mutran	2	José F. Diamantino	2
Benedito Mutran	2	Joaquim Silveira	2
Délio Chuquia Mutran	2	Herd. De Azevedo S. Azevedo	2
Nagib Mutran	2	Aziz Mutran Neto	2

Fonte: Elaborado pelos autores com dados de Barros (1992).



**XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**  
**A transição histórica das oligarquias da castanha na região de Marabá: redes sociais, hegemonia e transformações no bloco de poder das elites locais entre os anos de 1920 e 1980**

Todavia, com o processo de transição, a cidade de Marabá passa a ser o centro de comando de uma série de empreendimentos governamentais e corporativos. A partir de 1964, os governos militares objetivaram superar a força local das elites tradicionais com base no controle, na organização e na repressão. Mudando de maneira definitiva o processo de controle efetivo das terras por parte dos grupos hegemônicos locais. Como afirma Costa:

A política da ditadura excluía as oligarquias regionais ligadas à propriedade do solo rural, privilegiando a partir do seu instrumento fundamental, os incentivos fiscais quase que absolutamente a grande empresa ou latifundiários de outras regiões do país, notadamente de São Paulo (COSTA, 2013, p.48).

A política de incentivos fiscais<sup>27</sup>, portanto, implementada na Amazônia pelo Governo Militar, a partir de 1966, pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), provocou o surgimento de uma nova configuração territorial na franja da zona castanheira. O estímulo à instalação de grandes empresas agropecuárias na região, foi o instrumento que privilegiou a participação de pessoas físicas ou grupos familiares ligados tradicionalmente à grande propriedade fundiária na região e nas demais áreas do país, constituindo, assim, um capítulo a parte na história da formação agropecuária da região que se define a partir de meados dos anos de 1960<sup>28</sup>.

Fazendeiros dos Estados do Goiás e Mato Grosso, bem como de outras partes do Sul do Pará, deslocaram-se para área da zona castanheira atrás de pastagens maiores e melhores para tirar vantagem do mercado de carne em potencial que os salários da jazida e das companhias de construção criariam (BUNKER, 1994). Paralelamente, já se via muitas das famílias camponesas que vieram se instalar nas colônias agrícolas<sup>29</sup> do

---

<sup>27</sup>Ver Costa (2012, p. 50-75).

<sup>28</sup>Além disso, no extremo leste da zona castanheira, dezoito anos antes da primeira remessa de minério de ferro em 1985, havia sido construída em 1967, pela Meridional Mineração, empresa subsidiária da U.S. Steel, contratada pelo geólogo Breno Augusto dos Santos, todo o complexo de uma organização de seres humanos e máquina — jazida, cidades, instalações de beneficiamento, estradas e ferrovia (BUNKER, 1994). Em 1970, a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), e a Meridional Mineração (U.S. Steel), formam uma sociedade estabelecendo a Amazônia Mineração (AMZA), para desenvolver e explorar o minério de Carajás. Em 1977, a CVRD, compra todas as ações da U.S. Steel e imediatamente dissolve a AMZA, o que a deixa com o comando total de todas as operações (ver Bunker, 1994).

<sup>29</sup>O INCRA projetou um sistema ambicioso de centro de serviços planejados ao longo da rodovia. Conhecido como *urbanismo rural*, esse plano consistia de uma camada de povoados de menor ordem, designadas *agrovilas*, compostas de quarenta e oito a sessenta e quatro famílias cada uma, a ser construídas a cada dez quilômetros ao longo da rodovia. Uma camada média de *agroópolis*, deveria estar localizados a cada cem quilômetros, como centros administrativos intermediários. No topo da hierarquia urbana da transamazônica estariam as *rurópolis*, de até vinte mil habitantes localizadas a cada duzentos quilômetros, para servir como centros administrativos e comerciais da região (CAMARGO apud BROWNDER e GODFREY 2006, p.96).

INCRA, nas áreas próximas da Transamazônica, e as milhares delas que, sem qualquer ajuda oficial, ocuparam terras, geralmente como posseiros, para desenvolverem atividades agrícolas.

Com a gama de novos atores, o conflito pela terra foi inevitável, sobretudo nas áreas de mineração, por esse motivo, em 1980, para resolver conflitos que ameaçavam o ordenamento e desenvolvimento da atividade mineradora, o governo cria o Grupo Especial de Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT). O GETAT tinha poderes para expropriar terras em caso de tensão social, e foi largamente criado, inclusive, para limitar as pretensões das oligarquias locais.

Neste contexto, as maiores tensões sobre a terra e, conseqüentemente, a maior violência, passariam a ocorrer nos limites dos 800.000ha de densos castanhais (ALMEIDA, 1995). O afluxo de fazendeiros, madeireiros e pequenos proprietários camponeses para a área da zona castanheira, extinguíram as árvores. Estes eram empurrados cada vez mais para os limites dessa enorme área, ocasionando severos conflitos entre os antigos proprietários e posseiros que esperavam obter vantagem das novas leis federais para legalizar suas ocupações<sup>30</sup>.

Diante disso, volta-se a Figura 2, justamente com o objetivo de verificar parte das mudanças evidenciadas até aqui. Observa-se agora o fluxo das arestas que mostram os proprietários após 1955 (cor azul). Como se pode ver, é quebrado o monopólio da terra, pois esta passa para o nome de novos agentes — podendo ser de fora ou não — mas também, e em alguns casos, passam a ser propriedades de atores membros das mesmas oligarquias formados no período anterior — resultado da política de aforamento que garante a alguns a propriedade da terra castanheira.

Ainda no que tange a Figura 2 e a Tabela 1, observa-se que o INCRA apropriou-se de 52 propriedades, sendo que uma boa parte destas era de antigos donos de castanhais. Terras dos Mutran e dos Almeida foram apropriadas pelo INCRA para a implantação de projetos de colonização como o Projeto de Integração e Colonização<sup>31</sup>(implantado em 1971) e o Projeto Fundiário-Marabá<sup>32</sup>(implantado em

---

<sup>30</sup>Para Bunker (1994), inclusive, a jazida de Carajás foi o mais poderoso catalisador que estimulou e ampliou em muito a migração para essa área, fazendo se intensificarem ainda mais os conflitos de terra na região.

<sup>31</sup>O primeiro trata da implantação de assentamentos de colonos em vários trechos da transamazônica e apesar do insucesso, causou um impacto maior na área da zona castanheira na medida em que provocou mudanças de âmbito comercial, cultural e político.

1972). Isso mostra o poder do Estado centralizador. Entre os maiores proprietários, também estão às empresas agropecuárias Marabá Agropastoril, do senador e também proprietário do banco Bamerindus, José Eduardo de Andrade Vieira, filiado do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) do Paraná, com 14 propriedades. Também se destaca a Fazenda Pastoriza, empresa das famílias tradicionais Chamiê e Chady com 2 propriedades. Entre outros agentes, que afetam diretamente as duas maiores famílias tradicionais formadas durante o período de monopólio (Mutran e Almeida), destaca-se a CVRD, (hoje Vale), empresa que recebeu do estado três propriedades equivalentes a uma área total de 16.812ha (BARROS, 1992).

Além disso, trabalhadores sem terra passam a engrossar a categoria dos despossuídos e expropriados, também conhecidos como posseiros. Estes passam a questionar e até mesmo desconhecer o latifúndio improdutivo, contribuindo significativamente para abalar a hegemonia dos donos de castanhais. Prova disso, são os castanhais apropriados pelo MST, todos da família Almeida (Ver Figura 2).

Chama a atenção também, apesar da pouca expressividade, José Francisco Diamantino, paulista da região de Presidente Prudente, que segundo depoimento de moradores locais, chegou a Marabá em 1981, atraído pelo garimpo de Serra Pelada. Entretanto, verificou-se que, antes de chegar à região, mediante os resultados obtidos acima, supõe-se que o então empresário já possuía terras na região de Marabá, pois foi aforada uma propriedade de 6.406ha no nome de José Ferreira Diamantino em 1953, e outra de 3.600ha, em 1962. Ambas as propriedades eram da Nelito Indústria e Comércio S/A, empresa da família Almeida (Ver Figura 2).

Fisicamente, os latifúndios tradicionais foram afetados com a nova configuração. Porém, Barros (1992) e Emmi (1999) avaliam que o pouco que estes perderam foi bem indenizado, a exemplo das áreas desapropriadas pela INCRA na Nova Marabá da família Mutran, que além da compensação recebida, valorizou-se ao longo do tempo. Mesmo assim, não deixa de ser significativo o fato de que a perda de terras ocorrida de um período para o outro, afetou essas famílias em termos de seu poder político e capacidade de controle da dinâmica territorial da região, uma vez quebrado o monopólio. As perdas dos principais grupos estão sintetizadas na Tabela 2.

---

<sup>32</sup>O segundo teve o intuito de regularizar as áreas adjacentes à rodovia a partir do processo de descriminação de terras devolutas que é caracterizado por separar terras de domínio privado, já documentadas, daquelas que não são para que posteriormente essas terras pudessem ser incorporadas ao patrimônio da união e depois regularizadas em nome de terceiros. (BARROS, 1992).

**Tabela 2 - Situação territorial das maiores famílias latifundiárias**

Tronco familiar	Período de monopólio (1925-1954)		Quebra do monopólio (1955-1976)	
	nº de propriedades	área em há	nº de propriedades	área em há
Família Mutran	26	107.186	14	66.514
Família Almeida	22	55.832	11	28.673
Família Queiroz	11	4.085	8	30.075
Família Pinheiro	4	10.142	12	29.197
Família Azevedo	5	3.775	11	17.100
Família Oliveira	8	29.916	4	12.946
Família Mendonça	5	19.507	4	10.800

Fonte: Elaborado pelos autores com dados de Barros (1992)

Os Mutran, que no período de monopólio tinham um total de 107.186ha perdem 12 propriedades e ainda assim permanecem com um latifúndio de 66.514ha. A família Almeida, perde metade de suas propriedades durante o processo de quebra do monopólio, permanecendo com 28.613ha, seguido dos Queiroz e Pinheiro, que permanecem com 30.075ha e 29.197ha, respectivamente. Ainda na Tabela 2, chama à atenção a família Mendonça, uma das mais antigas oligarquias de Marabá, que com todo o processo discutido até aqui permanece ainda assim, com 10.800ha.

Enquanto as oligarquias locais perdem poder latifundiário, observa-se que no mundo político, como coloca Petit (2003), a disputa entre as antigas oligarquias pelo controle da prefeitura de Marabá esteve balizada pela influência das duas maiores lideranças políticas paraenses durante o período de 1964 a 1982, os ex-governadores Jarbas Passarinho e Alacid Nunes. Em Marabá a rixa deu-se, principalmente entre os Mutran, os Marinho e membros da família Osorio Pinheiro, todos fazendeiros e exportadores de castanha e filiados ao Aliança Renovadora Nacional (ARENA).

A declaração de Marabá como área de Segurança Nacional, em 1970, favoreceu a emergência de novos atores políticos<sup>33</sup> que não estavam ligados à velha oligarquia tradicional, a começar pelo Major Curió, prefeito nomeado de Curionópolis, responsável por comandar a extração de ouro em Serra Pelada<sup>34</sup>. Outros atores que

<sup>33</sup>Ver PETIT (2002, p. 200).

<sup>34</sup> Apesar do enorme poder do Major Curio, Emmi (1999) ressalta que ele não constitui um modelo de poder oligárquico do tipo que havia em Marabá.

chamam a atenção, dessa vez em Marabá, são Emano Moura Melo (1971-1972) e Haroldo da Costa Bezerra Filho (1974-1979), o primeiro capitão do exercito indicado por Jarbas Passarinho, e o segundo engenheiro, indicado pela SUDAM e pelo ex-prefeito e deputado estadual na época, Plínio Pinheiro. Ambos, assim como coloca Petit (2003), inimigos políticos dos Mutran.

No início da década de 80, abruptos abalos atingem as alianças que mantinham o governo militar. Perturbações nos segmentos das elites tradicionais criaram no estado do Pará, um movimento auto intitulado como *neocabano*<sup>35</sup> que incluía fazendeiros, comerciantes, industriais até mesmo foreiros localizados em Marabá que, reivindicavam acima de tudo, benefícios ao homem da região (COSTA, 2013). Com a chamada “municipalização” ou retorno ao município como espaço privilegiado de exercício do poder, as oligarquias locais irão novamente galgar no sentido de restabelecer seu lugar no bloco de poder, sobretudo a partir de 1985—ano que marca o fim do regime autoritário, o fim dos das Áreas de Segurança Nacional e, portanto, o nascimento da Nova Republica<sup>36</sup>.

Com o regime democrático, as práticas de democracia experimentadas na década de 1980, voltam a assegurar o poder às oligarquias tradicionais, processo denominado de *reoligarquização* (COSTA, 2013). Também é na década de 1980, que a família Mutran, entra mais uma vez para a cena política em Marabá, fato que evidentemente tem relação direta com a entrada de Jader Barbalho<sup>37</sup> no Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário (MIRAD), aspecto que seguramente, segundo Petit (2003), contribuiu para a vitória dos Mutran nas eleições de 1988<sup>38</sup>. Notadamente, em vista da estreita relação com Jader, na condição de ministro do MIRAD, a situação dos grupos

---

<sup>35</sup>Movimento que teve como objetivo exercer pressão sobre os poderes centrais no sentido de contrariar decisões tomadas, entendidas como ofensivas aos interesses regionais. (COSTA 2013, p. 50).

<sup>36</sup>Com a eleição indireta de Jose Sarney para presidente da República, o debate sobre a Amazônia, particularmente, a questão fundiária é alterado na medida em que se propõe realizar a tão esperada reforma agraria, por meio do Plano Nacional da Reforma Agraria (PRNA). Na contrapartida do plano, nascem representações antipopulares como a União Democrática Ruralista (UDR).

<sup>37</sup>O “efeito Jader”, trouxe de volta o poder as oligarquias latifundiárias no estado do Pará. A questão mais firme em relação a terra foi tomada para atender as demandas da oligarquias, uma linha de atuação adotada no final do mandato de governador, sobretudo em 1987, já na condição de ministro da Reforma Agrária do governo Sarney (Petit, 2003)

<sup>38</sup>O jovem médico Nagib Mutran Neto, assume o cargo de prefeito em 1989, Guido Mutran assume o cargo de Vereador no mesmo ano, e após dois anos Vavá Mutran assume o cargo de deputado estadual. Todos favorecidos pela ampla rede de relações assistencialista, encabeçada pelo governo de Jader Barbalho. Além disso, ainda segundo autor, a vitória no pleito de 1988, de Nagib Mutran Neto foi patrocinado pela a UDR, que organizou leilões de gado para recolher fundos (PETIT, 2003).

de poder tradicional, torna-se novamente vantajosa, uma vez que no ato da compra, reeditava-se a aquisição como solução para antagonismos em benefício dos latifundiários foreiros e em detrimento da desapropriação. Almeida (1991, p. 284) “lembra que estas áreas, após a referida compra, foram repassadas ao Governo do Estado e ao seu órgão de terras, ITERPA, que se incumbiram do assentamento dos posseiros”.

Com intermédio de movimentos sindicais e órgãos como o IDESP, que todos os segredos da zona castanheira ou Polígono dos Castanhais<sup>39</sup>—nome que a mídia deu a zona castanheira, em decorrência dos conflitos e da evidente necessidade de preservação do mesmo — foram conhecidos a partir de então (Ver Mapa 1). Vale acrescentar que muitos castanhais foram vendidos a partir de meados de 1980. A devastação das castanheiras e os cortes indiscriminados de outras espécies nobres, as ocupações e as demais questões de titulação (aforamento, arrendamento, posse e títulos provisórios), juntamente com elevados índices de concentração fundiária, são apontados pelos estudiosos como fatores que agravaram ainda mais os conflitos agrários na região. (ALMEIDA 1995).

Assim como sugere Petit (2003), é impossível fazer qualquer comparação ao período áureo do ciclo da castanha, em que estes exerceram incontestável hegemonia. Contudo, novos arranjos políticos, vieram a favorecer, como aconteceu com os Mutran e Jader Barbalho, algum espaço político para as antigas oligarquias. Desde quando o Estado interviu na região para nela montar um enclave econômico associado a parceiros internacionais, o mundo do passado que o incomodava foi colocado abaixo não porque se opusessem a eles, mas porque não tinham condições de acompanhá-lo.

---

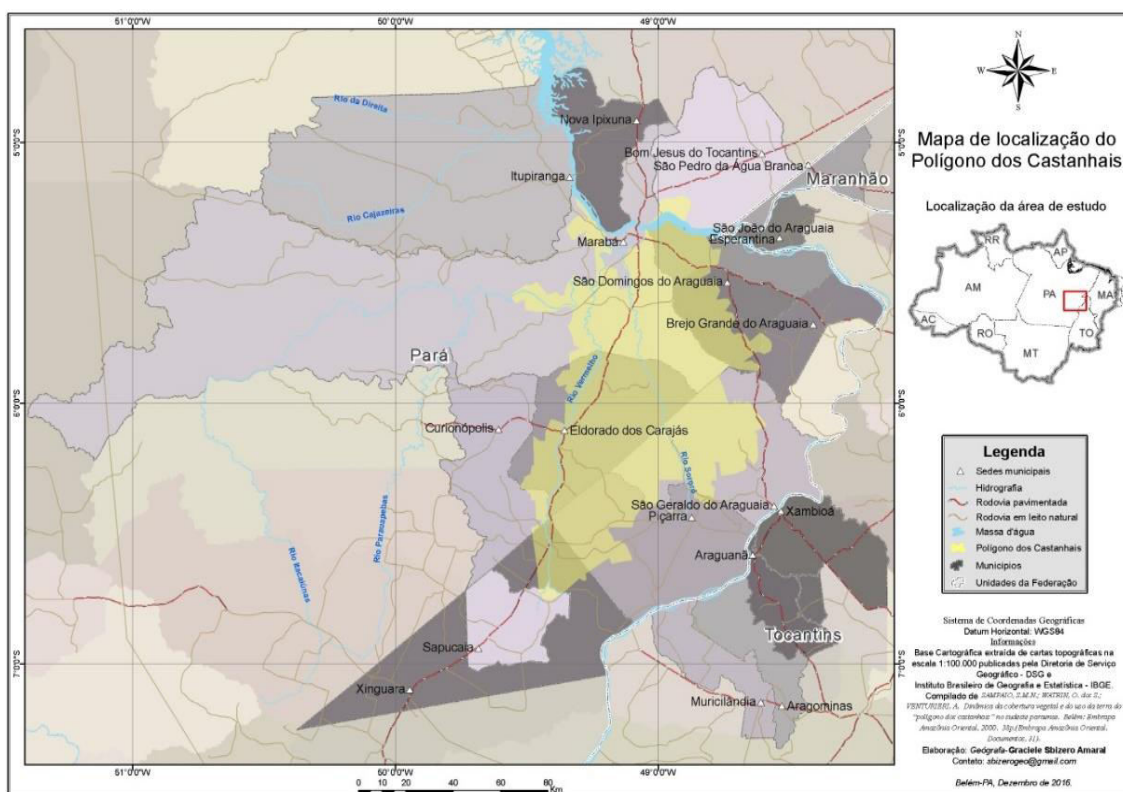
<sup>39</sup> O Polígono dos Castanhais está localizado no sudeste do Estado do Pará, ao sul de sua capital, Belém, entre as coordenadas 05°12'25'' e 06°45'08'' de latitude sul e 48°34'14'' e 49°33'21'' de longitude oeste de Greenwich. A área atual abrange principalmente, os municípios de Marabá e Eldorado dos Carajás, e em menor proporção, os municípios de Bom Jesus do Tocantins, Curionópolis, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, Sapucaia, São João do Araguaia, Piçarra e Xinguara (ALMEIDA, 1995).

### Mapa 1 - Polígono dos Castanhais

Fonte: Acervo fundiário do INCRA. Elaborado pelos autores.

### Considerações Finais

Um dos principais objetivos desse trabalho foi identificar a formação dos grupos de poder político-econômico em Marabá, ressaltando a existência de dois momentos distintos. O primeiro, de constituição das oligarquias latifundiária e monopolização da terra, e o segundo, de quebra do monopólio e transição para uma nova dinâmica da distribuição fundiária na região. As mudanças causadas pela criação das estradas abrem



a fronteira amazônica para o capital, é quando se constitui o mercado de terra regional, e Marabá, configura-se como uma das portas de entrada de uma nova frente de expansão agropecuária.

Em vista da ebulição dos problemas ligados aos conflitos por terra, observou-se que as políticas do Governo Federal para este segmento não foram suficientes para desarticular de maneira completa o poder das oligarquias tradicionais, haja vista que, na década 1980, as mesmas, mesmo enfraquecidas, voltam ao poder outra vez mediante a atuação do Estado em um novo contexto de ajustamento das relações federativas e da ascensão de setores ligados às representações políticas mais comprometidas com os interesses das antigas elites regionais. Entretanto, nota-se que estas estão muito mais ligadas a esfera política do que outrora. Empossadas em cargos de ministro e governador, deputado (estadual e federal) até prefeito, a velha oligarquia retoma sua atuação, ainda que sutilmente, o que configurou nos anos de 1980 um processo de *reoligarquização*.

Sendo assim, a título de considerações finais, observamos e confirmamos de certa forma a hipótese já largamente conhecida na literatura especializada (EMMI, 1998), de que provavelmente um dos principais fatores que contribuiu para o processo de mudança, à longo prazo, na forma de hegemonia das oligarquias da castanha na região, foi a perda que a mesma sofreu em termos do controle sobre a terra na região do chamado *Polígono dos Castanhais*. A perda do controle sobre a terra ao longo dos anos de 1960 e 1970, viriam, segundo uma de nossas conclusões principais, a significar a perda de capacidade de controle completo (por parte das oligarquias tradicionais) de todo o processo de transição política entre o período de auge da economia da castanha e o novo contexto de crescimento econômico que viria representar, a partir dos anos de 1980, um boom dos setores da siderurgia, mineração e o crescimento exponencial da atividade agropecuária na região.

Acreditamos que sem o controle físico sobre a terra (em um novo contexto econômico onde a posse da terra passa a assumir um papel importante no processo de acumulação de capital na região) o poder econômico e político do capital mercantil da elite da castanha tende a se esvaír, obrigando seus principais líderes a migrarem da atividade mercantil para o circuito imobiliário ou para atividades agropecuárias em parceria com os novos atores que passam a dominar o poder político e o controle sobre a terra e o poder econômico na região.



## **Referências Bibliográficas**

- ALBERT, László Barabási, *Linked: How Everything Is Connected to Everything Else and What It Means*, Plume Publishing, 2003.
- ALMEIDA, A. W. B. de.. *Carajás: A guerra dos mapas*. 2 ed. Belém: Editora Supercores, 1995. 352 p.
- ALMEIDA, A. W. B.de..*O intransitivo da transição. O Estado, os conflitos agrários e a violência na Amazônia*. In: Phillippe Lena; Adélia Engrácia de Oliveira. (Org.). *Amazônia: fronteira agrícola 20 anos depois*. Belém: MPEG / ORSTOM, 1991, v., p. 259-290.
- ALMEIDA, José Jonas. *Do extrativismo à domesticação: as possibilidades da castanha-do-pará*. 2015. Tese (Doutorado em História Econômica) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
- BARATA, Manoel. *A antiga produção e exportação do Pará*. Belém: Livraria Gillet, 1915.
- BARROS, Maria Vitória Martins. *A zona castanheira do médio Tocantins e vale do Itacaiúnas: reorganização do espaço sob os efeitos das políticas públicas para a Amazônia. Marabá (PA)*. UFPA, 1992. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso de Geografia) – Universidade Federal do Pará, 1992.
- BROWNDER, John O.; GODFREY, Brian J. Trada. Gisele Vieira Goldstein. *Cidades da Floresta da Floresta: Urbanização, desenvolvimento e globalização na Amazônia brasileira*. Manaus: EDUA, 2006. 384 p.
- BUNKER, S. G.. *The politic a economy and ecology of raw material extration and trande*. In SOCOLOW, R.; ANDREWS, C.; BERKOUT, F. et al (Ed). *Industrial ecology and global change*. New York: Cambridge University Press. P. 437-450, 1994.
- BURT, R. *Structural holes: the social structure of competition*. Cambridge: Cambridge University Press, 1992).
- COELHO, M. C. N.; MONTEIRO, M. A. (Org.). *Mineração e Reestruturação Espacial da Amazônia*. Belém: NAEA, 2007. v. 1. 282p .
- CONDREAU, Henri. *Viagem a Itaboca e ao Itacaiunas*. Marabá: Fundação Casa da Cultura, 1980.
- COSTA, Francisco de A. *Ecologismo e questão Agrária na Amazônia*. – 2. Ed. -. Belém: NAEA, 2013, 86p.
- COSTA, Francisco de A. *Formação Agropecuária na Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável*. Belém: NAEA, 2012, p.
- DIAS, C. Vergolino. Marabá - Centro comercial da castanha. *Revista Brasileira de Geografia*. 1958, no 4, p. p. 383-427.
- DUNCAN Watts. *Six Degrees: The Science of a Connected Age*. W. W. Norton &Company, Feb. 2004
- EMMI, Marília Ferreira. *A Oligarquia do Tocantins e o Domínio dos Castanhais*. Belém: UFPA/NAEA,1987.

**XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**  
**A transição histórica das oligarquias da castanha na região de Marabá: redes sociais, hegemonia e transformações no bloco de poder das elites locais entre os anos de 1920 e 1980**

- FERNANDES, M.. *Estrutura Fundiária e atuação política dos donos de terra do Pará: Uma abordagem sobre a União Democrática Ruralista – UDR*. Dissertação (Mestre Planejamento do desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém, 1993.
- GRANOVETTER, M. Economic Action and social structure: the problem of embeddedness. In: *American Journal of sociology*, vol. 91, N. 3, 1985.
- HOMMA, A. K. O.. As políticas públicas como indutora da morte anunciada? dos castanhais no sudeste paraense. In: *ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA ECOLÓGICA*, 4, 2001, Belém. Resumos dos Trabalhos. Rio de Janeiro: ECOECO, 2001. p. 38-38.
- IANNI, Octávio. *A Formação do populismo na América Latina*. Editora Civilização Brasileira, 1991.
- IANNI, Octávio. *A luta pela terra*. Petrópolis: Editora Vozes, 1978.
- KITAMURA, P. C.; MÜLLER, C. H. *Castanhais nativos de Marabá-PA: fatores de depredação e bases para a sua preservação*. Belém, PA: EMBRAPA-CPATU, 1984.
- MARQUES, Eduardo C. *Estado e Redes Sociais: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Revan. São Paulo: FAPESP, 2000.
- MONTARROYOS, Heraldo Elias. *História Social e Econômica da Casa Marabá: Reconstruindo o Cotidiano de um Barracão na Amazônia Oriental entre 1898 e 1906*. CEANS/UNICAMP. Disponível em <<http://historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&id=222>>. Acesso em 27 de jul. de 2014.
- MOURA, Ignacio Baptista de. *De Belém a S. João do Araguaia: Vale do rio Tocantins*. Marabá: Fundação Casa da Cultura, 1989.
- NEWMAN, M. E. J. *The structure and function of complex networks*, SIAM Review 45,167–256(2003).
- PETIIT, Pere . *Chão de Promessas: Território, Política e Economia no Pará pós-1964*. Belém: Paka-Tatu, 2003. v. 01. 350p.
- SALOMÃO, Rafael de Paiva et al. Castanheira-do-Brasil recuperando áreas degradadas e provendo alimento e renda para comunidades da Amazônia Setentrional. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Naturais*, v. 1, n. 2, p. 65-78, 2006.
- SCHIMINK, Mariana; WOOD, Charles H. Trad. Noemi Miyasaka e Raimundo Moura. *Conflitos Sociais e a Formação da Amazônia*. Belém: Ed..UFPA, 2012. 496 p.
- TAVARES, Maria Goretti da Costa. *O município no Pará: a dinâmica territorial municipal de São João do Araguaia*. Dissertação (Mestre em Geografia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro/dptº de Pós-graduação. Rio de Janeiro, 1992.
- TRINDADE, José Raimundo Barreto. *Seis décadas de intervenção estatal na Amazonia: a SPEVEA, auge e crise do ciclo ideológico do desenvolvimentismo brasileiro*. Org. José Raimundo Barreto Trindade. –Belém: Paka-Tatu, 2014. 204 p
- VELHO, Otávio Guilherme. *Frente de expansão e estrutura agrária: estudos do processo de penetração numa área da Transamazônica*. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 178 p.

**XII Congresso Brasileiro de História Econômica & 13ª Conferência Internacional de História de Empresas**  
**A transição histórica das oligarquias da castanha na região de Marabá: redes sociais, hegemonia e transformações no bloco de poder das elites locais entre os anos de 1920 e 1980**

WITHE, H. Where do market come from?. In: *American Journal of Sociology*, Vol. 87, N.3, 1981.